
A VIRTUS E O MOS MAIORUM DO PRÍNCIPE IDEAL NO PANEGÍRICO DE TRAJANO

VIRTUS AND MOS MAIORUM OF IDEAL PRINCE IN THE PANEGYRIC IN PRAISE OF TRAJAN

Renata Lopes Biazotto Venturini
Doutora em História –USP
Professora do Departamento de
História da UEM
relobia@uol.com.br

Alex Aparecido da Costa
Mestrando em História - UEM
aleks_1979@hotmail.com

RESUMO: No *Panegírico de Trajano* o senador romano Plínio, o Jovem ilustrou uma imagem idealizada do imperador Trajano em consonância com os valores ancestrais da Urbe, diante disso o presente artigo busca compreender essa representação e as demandas que a exigiram. Durante o Alto Império o regime do Principado, cuja característica principal era a concentração de poder nas mãos do imperador, convivia ainda com as instituições republicanas. Essa situação ambígua demandava uma constante busca de equilíbrio entre a nova realidade política e as tradições caras à ordem senatorial que governara Roma durante a República. Devido à orientação dos senadores pela filosofia estoica, que preconizava o controle das paixões e a elevação moral e pelas ideias de *virtus* e *mos maiorum*, que concentravam as virtudes exigidas do homem político e o respeito por parte deste aos valores ancestrais que fundamentavam a grandeza de Roma, Plínio concebeu a imagem de Trajano a partir dessas ideias morais, políticas e filosóficas que visavam conciliar os interesses da cúria e do César.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições, Principado, virtudes.

ABSTRACT: In the *Panegyric in praise of Trajan* the roman senator Pliny the Younger illustrates and idealized image of the emperor Trajan in line with the ancestors values of the City, before that this article seeks to understand this representation and demands that demanded. During the High Empire the regime of Principate, whose main characteristic was the concentration of power in the hands of the emperor, still lived with republican institutions. This ambiguous situation demanded a constant search for balance between the new political reality and traditions dear to the senatorial order who ruled Rome during the Republic. Due to the orientation of senators by the Stoic philosophy, which advocated the control of passions and moral elevation and ideas of *virtus* and *mos maiorum*, which concentrated the virtues required of a politician and respect by the ancestral values underpinning the greatness of Rome Pliny conceived the image of Trajan from these ideas, moral, political and philosophical aimed to reconcile the interests of the curia and Caesar.

KEYWORDS: Institutions, Principate, virtues.

Introdução

O Alto Império, durante os dois primeiros séculos, foi um período de estabilidade e prosperidade resultante do processo de conquista empreendido durante a época Republicana. Porém, as instituições romanas guardavam tensões e ambiguidades decorrentes do novo modelo de governo estabelecido. O Principado, sistema que concentrava o poder nas mãos do *princeps*, o primeiro cidadão, viera substituir a República, fórmula na qual o Senado detinha a administração por meio das magistraturas. Entretanto, o Principado não deslocou completamente de suas posições a aristocracia senatorial que controlara a antiga República. Essa permanência demandava uma busca de equilíbrio constante onde as tradições da ordem senatorial buscavam se perpetuar diante do poder imperial.

Levando em conta tal contexto interessa-nos compreender a figura do príncipe ideal tal qual fora esboçada e desejada pela ordem senatorial. Para tanto nos utilizaremos da análise do *Panegírico de Trajano*, obra de Caio Plínio Cecílio Segundo, conhecido como Plínio, o Jovem¹. Senador de origem equestre que, no ano 100 d. C., data de sua ascensão ao consulado, pronunciou o dito *Panegírico* diante do Senado em agradecimento ao então imperador Trajano que o indicara para o cargo. Nossas investigações anteriores² permitiram agrupar como virtudes concebidas por Plínio como inerentes ao príncipe ideal uma postura de divindade, não no sentido literal, mas sim como representação terrena de ordenação e clemência de respeito às leis e a vida, uma postura que atendesse as demandas civis e religiosas do império. Outra virtude clara é o desapego ao poder ao mesmo tempo em que ele é exercido com retidão e temperança sem abuso por parte do príncipe.

Ressaltamos que as principais virtudes louvadas na obra de Plínio pareceram surgir em grande parte daquelas que interessavam diretamente à ordem senatorial, tais como o respeito

¹ Em relação à obra pliniana, as discussões acerca do contexto político romano de sua época concentram-se, não sem razão, em seu epistolário. As *Cartas* de Plínio, o Jovem, em comparação como o *Panegírico*, ocupam papel de destaque nas análises acadêmicas brasileiras dos últimos anos. Nesse sentido alguns trabalhos importantes e qualificados devem ser destacados: VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. **Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana**. São Paulo: 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; STADLER, Thiago David. **O poder das palavras na idealização de um príncipe: epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano (98-113 d. C.)**. Curitiba: 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR; SOUZA, Daniel Aparecido de. **A representação do home político no Principado romano: uma leitura das cartas de Plínio, o Jovem (96-113 d. C.)**. Assis: 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP; OLIVEIRA, Andrea Lúcia Dorini de. **Poder e mito: o Principado na perspectiva da literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem)**. Assis: 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Esperamos que o presente artigo ajude a colocar o *Panegírico de Trajano* na pauta dos pesquisadores interessados no Principado romano.

² Iniciamos as primeiras análises do *Panegírico de Trajano* no ano de 2010.

às tradições e leis da República, o que significava de forma pragmática a promoção dos interesses e o respeito à própria vida dos senadores por parte daquele que antes de tudo era um dentre eles apesar de ser o melhor deles, o *princeps*.

Contudo, a riqueza da obra permite aprofundarmos essa discussão, pois a característica marcante de nossas análises anteriores foi o uso de termos generalizantes como tradições e virtudes, utilizados para reunir as informações extraídas da análise do *Panegírico* relativa ao contexto político do Principado ainda eivado pelas ideias da República. Superando esta etapa da análise, neste artigo pretendemos extrapolar essa abordagem e aprofundar nossa análise aproximando-nos cada vez mais do vocabulário político romano, guiando nossa pesquisa a partir de duas de suas ideias morais e políticas, a *virtus* e o *mos maiorum*³. Para tanto interessa abordar a presença dessas noções no *Panegírico de Trajano* a partir da leitura de uma filosofia que imprimiu seu selo na mentalidade da aristocracia romana, o estoicismo.

O Principado Romano

O novo sistema de governo apresentou-se como necessário e capaz de solucionar os problemas da República mantendo-se próximo de suas tradições institucionais como se o mesmo regime permanecesse, porém sob uma única liderança, responsável pela manutenção das virtudes e pela supressão dos vícios republicanos.

O Principado não pode, pois, ser considerado uma monarquia que ousava dizer seu nome. Introduziu uma solução original, aceitável para quase a totalidade dos cidadãos, em todos os problemas suscitados pela extensão desmedida do *imperium romanum*, que se produzira ao menos há dois séculos. Esta solução foi imaginada de harmonia com a ideologia romana tradicional. Implicada pela própria ideia da *imperium*, o que explica a duração e a solidez deste Império, mesmo se, ao longo dos séculos e de reinado em reinado, o espírito que desde o início o animou sofreu eclipses e acabou por se extinguir (GRIMAL, p. 17, 1999).

O governo de Trajano iniciou-se em 99 d. C. e se estendeu até sua morte em 117 d. C. (PETIT, 1989), o *Panegírico de Trajano* por sua vez foi pronunciado por Plínio, o Jovem em

³ Nossa opção não descarta outras possibilidades de abordagem como a que pode ser feita, por exemplo, a partir da História das Mentalidades ou com a História dos Conceitos. Em relação a esta última, acreditamos que a obra de Reinhart Koselleck permita outro olhar sobre a presente fonte.

100 d. C. Portanto a época a que nos dedicamos a estudar, bem como o documento escolhido para dela tratar estão situados quase que totalmente no início do século II d. C. Porém as questões que perpassam toda história do Principado estavam presentes desde o início de sua implantação, por isso é preciso que recuemos no tempo, para recuperarmos o contexto e os acontecimentos que tornaram necessária e possível esta nova forma de governo.

Desde o século III a. C., quando Roma iniciou sua expansão para além da península itálica, lançando as bases para o estabelecimento de seu imenso império, já trazia consigo em desenvolvimento as forças que terminariam por enfraquecer a República e possibilitar o estabelecimento do Principado. Enumeraremos aqui de forma sumária as duas principais forças que atuaram nesse processo: uma agiu de forma ativa – o desenvolvimento do poder militar – outra, pressionada pela primeira reagiu de forma passiva – a decadência progressiva das instituições políticas (HOMO, 1950). Iluminando melhor a atuação dessas forças podemos dizer que os generais, a frente de exércitos obedientes às suas ambições, cheios de prestígio devido às vitórias nas guerras de conquista alcançaram poderes que lhes possibilitaram transgredir em seu benefício as leis que a República romana impunha a esses homens de quem temia a aspiração à tirania. A aspiração pelo poder total de uns e suposta iniciativa de defesa da República de outros mergulhou Roma em um século de guerra civil, situação que se estendeu até 31 a. C., quando tendo derrotado Marco Antonio na batalha de Ácio, Augusto viu o caminho livre de rivais para estabelecer em Roma o que Homo (1950) chamou de “regime pessoal”.

Augusto, fundador do Principado tinha atrás de si os exemplos de seu pai político, Júlio César. Os precedentes de César demonstravam que era possível e necessário em Roma o governo de um só, porém indicava também que a República não estava ainda completamente pronta para entregar o poder de todo o império nas mãos de um único senhor. Os problemas que se apresentavam diante de Augusto para o estabelecimento do regime pessoal, que encerraria com as disputas de poder e as guerras civis e estabeleceria a paz, originavam-se do inevitável embate com a decadente República, mantida viva pelo Senado romano, cioso de seus privilégios por ela resguardados, pois dada sua atuação ao longo da história política da República assentara aí uma tradição que os aproximava, fazendo do Senado a própria República. Essa identificação do regime com seus altos representantes tornava ainda mais complexa a obra do Principado (PETIT, 1989). Tal embate ainda estaria presente na época de Trajano, pois a ideia política de *res publica* ainda sobrevivia e o príncipe precisava estabelecer delicadas relações com o senado para governar. Portanto é necessário entender de que forma Augusto foi capaz de afirmar seu poder diante do Senado ao mesmo tempo em que

respeitava as instituições da República que referendava a sua posição. Segundo Homo (1950), Augusto, ciente do destino de César, desde cedo soube que era preciso encobrir o caráter monárquico do principado com uma aparência constitucional, para isso precisou unir o que era necessário ao que era possível aos olhos do Senado.

Isso se tratava de conciliar as antigas tradições da aristocracia senatorial, tradições próprias do passado nacional romano, com a necessidade de uma direção única nas mãos, senão de um senhor, ao menos na do mais eminente dos cidadãos (HOMO, p. 248, 1950).

Com o título de primeiro cidadão, *princeps*, dessa ideia derivava o nome do novo regime de governo, Augusto apresentou-se como restaurador da República e da paz. Durante as guerras civis, na luta contra Marco Antonio, ele já acumulava poderes excepcionais aos quais se somaram outros quando o Senado recusou sua suposta renúncia ao poder (CORASSIN, 2005). Os poderes que Augusto detinha eram apenas aqueles já presentes na constituição republicana, isso fazia parte da estratégia do principado de atuar dentro dos limites da legalidade. Homo (1950) cita o poder tribunício, o império proconsular e o soberano pontificado. Um historiador romano, Dion Cássio que viveu durante o Alto Império nos fala a respeito da apropriação dos poderes republicano por parte dos imperadores: “Todas estas funções têm sua origem na República e eles as executam da maneira como eram exercidas tradicionalmente; deste modo, assumindo-as, eles não parecem ostentar nenhum poder que não lhes tenha sido concedido” (Dion, LIII, 17, apud PINSKY, 2009, p. 97).

Após Augusto, a busca do equilíbrio entre o príncipe e o Senado permanece. A *Lex de imperio Vespasiani* é um exemplo disso, pois pode ser ao mesmo tempo uma reivindicação de legalidade por parte do imperador Vespasiano bem como um desejo do Senado de limitar e institucionalizar os poderes do príncipe (PETIT, 1989). É essa busca de entendimento entre o príncipe e o Senado que nos interessa, de um lado temos Trajano, um imperador que a tradição, onde o próprio *Panegírico* se insere, nos apresenta como príncipe exemplar, de outro temos Plínio, representante da ordem senatorial à qual ascendeu na carreira devido às novas fórmulas da política imperial. Plínio louva Trajano no *Panegírico*, pois deve a ele sua ascensão ao consulado, porém a voz que fala é de qualquer forma a de um senador, nela decerto encontraremos uma imagem do príncipe construída pelo Senado, talvez tal imagem não corresponda exatamente com personalidade real a de Trajano, mas com certeza corresponderá em seus aspectos com o ideal de príncipe almejado pelos aristocratas.

A Virtus, o Mos Maiorum e o Estoicismo no Alto Império

Presente nos círculos aristocráticos da Urbe desde os tempos da República, o estoicismo se infiltrou na cultura romana. Assim como muitas outras influências helênicas absorvidas por Roma, a filosofia estoica também teve origem grega. Tal corrente filosófica:

Aconselha o homem a viver de acordo com a natureza obedecendo à ordem dos acontecimentos que exprimem a vontade de Deus e, desse modo, o estoicismo desenvolve-se como um materialismo e como um racionalismo ético (BRUN, 1986, p. 32).

Colhida de Zenão, esta definição importa por ser retirada do fundador da escola estoica, mas tal filosofia ainda viajará no espaço e no tempo, se adaptando à prática política de seus propagadores antes que a encontremos atuando na formulação da figura do príncipe ideal durante o período do Alto Império. Sintetizando o texto de Brun (1986), voltemos um rápido olhar para essa jornada.

No século III a. C. Atenas ainda guarda seu brilho intelectual característico, mas está abalada pela perda de sua primazia política ocasionada pela conquista de Alexandre, o Grande cujo império, após sua morte, é disputado por seus generais. O período helenístico não é apenas um tempo de difusão cultural, é também uma época de conturbação política e espiritual. Nesse cenário surgiu o estoicismo como opção filosófica para ordenar a vida dos homens e reconciliá-los com a natureza. O *estoicismo antigo* restringiu-se à Grécia da terceira centúria antes de nossa era, teve como fundador Zenão de Cício que chega à Atenas em 314 a. C. vindo do Chipre, ao lado do fundador despontam nesse período os nomes de Cleanto e Crisipo. Com o *estoicismo médio* do século II a. C. a escola estende-se a Roma por intermédio de Panécio que a adapta ao gosto latino. Nessa época

Roma impunha-se por todo o lado graças às suas legiões e aos seus juristas que faziam reinar a Pax Romana; as consciências que tinham necessidade de uma moral pessoal, encontraram no humanismo universalista dos estóicos uma doutrina capaz de responder às suas aspirações. [...] Com ele [Panécio] o estoicismo inflectiu para um humanismo da razão, ótimo para seduzir os romanos, homens de acção; a doutrina estóica perde seu rigor e Panécio faz prova de um ecletismo que o leva a utilizar ao mesmo tempo obras de discípulos de Aristóteles e da Nova Academia (BRUN, 1986, p. 21).

Após esse sucesso de adaptação à realidade romana chegamos ao *estoicismo da época imperial* que se deterá apenas nos seus aspectos relativos à moral que “ensinar-nos-á como se devem praticar nossos actos” (BRUN, 1986, p. 75). Esta terceira etapa da escola estoica tem lugar a partir do início de segundo século da era cristã, vindo ao bojo de um clima favorável ao desenvolvimento filosófico proporcionado pelos Antoninos após as perseguições dos Julio-Claudios e dos Flávios que sucederam o século de ouro de Augusto (ENGEL, 1978).

Novas tendências, algumas vezes contraditórias, se desenham no estoicismo imperial em ligação com a evolução da noção de Estado e das estruturas sociais, que coloca em questão a atitude do indivíduo. Para os estoicos, o dever se liga à aceitação do destino, à liberdade e à resignação. Neste caso, o acento é colocado no aspecto humanista desta tendência filosófica. A influência do meio estoico nos meios dirigentes desde o último século da República fez considerar os filósofos como defensores da liberdade diante da escalada do poder pessoal. Todavia, a oposição dos filósofos aos imperadores teve um caráter mais moral do que político, e a resignação os conduzia mais à abstenção do que à resistência política. As ideias morais estoicas penetraram em espaços variados: entre as classes populares, intelectuais e aristocráticas, sobretudo no Senado, que era a imagem concreta, o lugar de afirmação para a ordem social que seus membros representavam com suas famílias (VENTURINI, 2000).

Em sinergia com o estoicismo atuavam na política romana as noções de *virtus* e *mos maiorum*. A primeira é tratada por Pereira (1987), como um valor fundamentalmente romano, remete-nos ao homem direito que elenca em ordem de importância a *res publica*, a família, posicionando em último lugar a si mesmo. Tratava-se de um “conjunto de qualidades que o homem político poderia e deveria reunir no exercício da vida pública” (VENTURINI, 2011). Nesse sentido a *virtus* exprimia-se no modo de atuação a serviço do Estado e também

Como uma forma elementar e difusa do pensamento político, expressão de uma classe, mas fundada sobre um sentimento muito preciso de seus deveres e de seus direitos. Sociedade rural, militar, religiosa, onde as estruturas familiares são essenciais. Sociedade para qual a política pode se reduzir a prática de certas virtudes, e essencialmente daquilo que será chamado precisamente, em Roma, de *virtus* (NICOLET, 1964, p. 22-23).

A segunda, ainda de acordo com a mesma autora, refere-se à observância dos costumes dos antepassados como base da grandeza do Estado romano. Na época imperial o apelo ao *mos maiorum* estará representado em tendências republicanas dos senadores, que diante da

impossibilidade da restauração da República reclamarão ao menos os seus valores. Segundo Alföldy (1989), desde os primeiros séculos da República o respeito ao *mos maiorum* era entendido pelos aristocratas como a forma de dar continuidade à grandeza de Roma fazendo a manutenção das instituições políticas, sociais e religiosas, Nesse sentido, quando Roma, a partir do século II a. C., passou a sofrer transformações estruturais após as guerras contra Cartago foi ainda o *mos maiorum* que forneceu coesão à sociedade diante do crescente antagonismo das diferentes camadas sociais.

Plínio, o Jovem e Trajano

A trajetória política de Plínio, o Jovem vincula-se de forma estreita com a organização política e social do Principado. *Caius Plinius Caecilius Secundus* era sobrinho de Plínio, o Velho, *Caius Plinius Secundus*, à este e à Quintiliano deveu sua educação. Nascido na Itália setentrional em 62 d. C. Plínio era de origem equestre, a segunda das ordens superiores da sociedade romana, abaixo apenas da primeira, a ordem senatorial (Alfoldy, 1989). A ordem equestre era composta por indivíduos enriquecidos originariamente em ramos comerciais da economia e que posteriormente asseguravam sua posição adquirindo terras. Chastagnol (1992) chama a atenção para essa característica da ordem equestre lembrando que Plínio era oriundo da “burguesia” municipal de Como. A própria fortuna de Plínio era constituída de propriedades rurais espalhadas pela Itália, às quais eram muito bem administradas por ele (HARVEY, 1987). Foi advogado, profissão na qual demonstrou seu talento oratório, em relação a sua carreira política foi tribuno militar, questor, cargo que significou sua ascensão à ordem senatorial. Para essa elevação ao *ordo senatorius* concorreu também a sua adoção por parte de seu tio, adoção que lhe rendeu terras além das herdadas de seu pai e do irmão mais velho. Seu patrimônio foi aumentado também por seus três casamentos (CHASTAGNOL, 1992). Plínio foi também pretor, tribuno da plebe, prefeito do tesouro, curador do Tibre, *augur* e governador da Bitúnia entre 111 d. C e 113 d, C., provável data de sua morte. (HARVEY, 1987)

Marcus Úlpius Trajanus nasceu em 53 d. C., de uma família senatorial da província da Bética. Blázquez (2003), a partir de estudos recentes, procura mostrar que a família de Trajano era antiga, porém não era nobre, oriunda de ramos itálicos e das elites locais que se relacionavam com os romanos. O despontamento de famílias como a de Trajano, passando da

nobreza local para a nobreza do Império, era mais acessível apenas às famílias mais ricas das novas províncias e obedecia a uma mudança do eixo econômico imperial.

Embora no início da época imperial muitos “homens novos” fossem ainda oriundos da Itália, logo no século I d. C. o recrutamento de novos senadores nas cidades da península começou a regredir; sobretudo as dificuldades econômicas da Itália entravavam cada vez mais o aparecimento de novas famílias de grandes proprietários de terras. Por isso mesmo – e acompanhando a integração das províncias no Império – um número cada vez maior de *homines novi* provinciais começou a ter acesso ao senado (ALFOLDY, p. 135, 1989).

Famílias provinciais como a de Trajano, admitidas na ordem senatorial, eram aquelas que foram muito ricas por várias gerações para finalmente serem admitidas entre a nobreza romana. A origem familiar e pessoal desse imperador importa pelo seu ineditismo – Trajano foi o primeiro provincial a alcançar o Principado – fato atestado pela admiração do historiador romano Dion Cássio por conta da designação de Trajano por Nerva para seu sucessor (BLÁZQUEZ, 2003).

A citada designação ocorreu em outubro do ano 97 d. C., Nerva morreu em janeiro de 98 d. C. e Trajano chega à Roma em 99 d. C. e permanece com o poder imperial até 117 d. C., ano de sua morte (PETIT, 1989). Apesar disso, não levaremos em conta todo o período pelo fato de o *Panegírico* ter sido pronunciado no ano 100 d. C. Trataremos apenas das primeiras ações de Trajano no poder por ter sido estas que influenciaram mais diretamente a obra de Plínio.

Uma das primeiras medidas foi tomada para garantir o apoio do Senado, Trajano assegurou-lhes que não haveria perseguição e que nenhum membro da assembleia seria sentenciado à morte, essa atitude demonstra a permanência da importância do *ordo senatorius*, pois mesmo tendo o imperador o poder em suas mãos apressou-se a afiançar a segurança dos senadores. Tal situação nos mostra como funcionavam na época do Principado as ideias de *libertas* e *securitas*, as quais significavam que os cidadãos - os senadores na sua forma mais bem acabada - tinham a liberdade política limitada pelo poder do príncipe e contentavam-se com isso na medida em que sua segurança não fosse ameaçada por um imperador tirânico (DURRY, 1972). Assim como fizera Augusto ao fundar o novo regime, Trajano consolidou seu poder garantindo o apoio da aristocracia senatorial. Além disso, ele encobriu o caráter absoluto de seu governo mantendo em funcionamento as instituições republicanas. Outro fato que garantiu e possibilitou sua posição foi a existência das relações

de amizade que Trajano soube muito bem estabelecer ao seu redor. Essa capacidade de manter vínculos com a elite romana era uma das virtudes necessárias ao príncipe, pois ao estabelecê-los, fazendo-os convergirem para si, Trajano consolidava sua posição de primeiro cidadão diante do grupo dirigente de Roma.

O discurso do Cônsul e a voz do Senado

O *Panegírico de Trajano* trata-se originalmente de uma *gratiarum actio*, espécie de discurso pronunciado ao Senado, habitualmente por um romano na ocasião de sua ascensão ao consulado. No ano 100 d. C. Plínio, o Jovem alcançou o consulado, e em primeiro de setembro pronunciou a *gratiarum actio* diante do Senado, endereçando-a também ao Imperador Trajano (DURRY, 1972). O texto do *Panegírico* que temos em mãos para nosso estudo é na verdade uma edição revista de sua alocução ao Senado (HARVEY, 1987). Nela, Plínio acrescentou várias partes, tornando o texto original três ou quatro vezes mais extenso (DURRY, 1972). Ao *Panegírico* devemos o conhecimento dos primeiros anos do governo de Trajano e muitos detalhes das instituições que o cercavam. Segundo Durry (1972), a obra em questão é um documento de primeiro valor, e se suas hipérboles põem em dúvida a sinceridade do autor não há motivos para acreditar que ele contenha proposições falsas. A propósito disso, e diante do estilo rebuscado, os estudiosos perdoam a forma como Plínio escreveu em favor do que ele escreveu. O estilo da obra inaugura novo gênero. O *Panegírico* constitui a primeira obra que, integralmente, trata de um imperador romano vivo. A originalidade é tal que somente após alguns séculos reconheceriam o valor da obra.

A tentativa era tão nova que – algo surpreendente e difícil de explicar – ela não suscita imitações imediatas. Para encontrar algumas, que são muito inferiores ao modelo, é preciso esperar o século IV, época na qual os retores reuniram o *Corpus* denominado *XII Panegyrici ueteres*; no início da coletânea eles colocaram o *Panegírico* de Plínio, do qual assim reconhecem a originalidade, primazia e importância (DURRY, 1972, p. 89).

Portanto, a riqueza da obra permitiria também estudos estéticos relativos a um possível gênero literário em que ela se enquadra. Contudo o recorte é necessário, esperamos compensá-lo da melhor maneira dentro dos limites da verticalidade de nossa análise. Ao abdicarmos momentaneamente da interdisciplinaridade nos comprometemos retomá-la

futuramente e, nesse ínterim, esperamos que outros pesquisadores ofereçam novas leituras possíveis dessa importante obra pliniana⁴.

O *Panegírico de Trajano* assinala na história do Alto Império as relações entre a cúria e o principado, oferece-nos o conhecimento dos primeiros anos do governo de Trajano e muitos detalhes das instituições que o cercava (DURRY, 1972). Coloca Plínio diante de Trajano: o senador que após desempenhar várias funções administrativas é recompensado com a mais alta magistratura romana e o príncipe que reconhece o apoio recebido pela ordem senatorial e eleva um de seus elementos ao mais distinto cargo da extinta República. Mais que mero agradecimento, o *Panegírico* apresenta momentos de aconselhamento e de elogios sinceros de Plínio a Trajano que, assumindo o poder após um período conturbado, foi por seu governo tido como um novo Augusto.

A idealização do príncipe na concepção Pliniana

De acordo com Alfoldy (1989), o príncipe era a encarnação ideal das antigas virtudes romanas, das quais enumera algumas colocando em primeiro lugar a *virtus* seguida de *clementia*, *iustitia* e *pietas*. Isso demonstra que, durante o Principado, a legitimidade do governante assentava-se, sobretudo em suas qualidades pessoais, por isso as de Trajano serão louvadas por aquele que era o dirigente de um círculo político que buscava entendimento entre o Senado e o príncipe. De fato não se buscava mais o retorno da República que, segundo Engel (1978), poderia ter sido restabelecida após a morte de Calígula, quando, com o apoio da guarda pretoriana, Cláudio foi aclamado imperador. Os romanos não aceitariam mais a tirania, mas reclamavam apenas um senhor a quem obedecer. Importava que este fosse digno de sua posição.

A lista de virtudes atribuídas a Trajano por Plínio oferece-nos a imagem de um príncipe afável, humilde, clemente, generoso, casto e corajoso (*Pan.* 3, 2)⁵. Todas essas qualidades revelam muito mais a busca de um modelo ideal de que de um governante real. O objetivo era estabelecer um conjunto de características das quais o homem político deveria se revestir para que fosse aceito como imperador. Visto como um período de restauração

⁴ Nesse sentido é pertinente o diálogo com a obra de Jacques Rancière.

⁵ Para as citações do *Panegírico de Trajano* adotamos a indicação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos que convencionou a citação de autores antigos a partir do modelo proposto pelo *The Oxford Classical Dictionary*.

senatorial (HOMO, 1950), a dinastia dos Antoninos que principiava com Nerva e Trajano foi um período de conciliação entre o Senado e o imperador. Esse entendimento só poderia ocorrer se o César aproximasse seu comportamento ao nível de aprovação senatorial, pautado pelos princípios republicanos que, por sua vez, estavam ancorados nas tradições ancestrais romanas. Ao incorporar tais tradições, o príncipe apresentar-se-ia revestido das virtudes necessárias para governar, portanto, *virtus* e *mos maiorum* eram ideias que estavam em consonância. Presentes no vocabulário político romano no curso de sua história essas duas ideias morais eram entendidas durante o Alto Império a partir do pensamento estoico que conforme vimos atuava como defensor da liberdade diante do poder absoluto dos príncipes. Dessa forma devemos orientar nossa observação do *Panegírico de Trajano* de maneira a compreendermos de que maneira a idealização proposta por Plínio adequava *virtus*, *mos maiorum* e estoicismo.

Como o conceito de *virtus* é respaldado no *mos maiorum* analisaremos de início um dos parágrafos do *Panegírico* que fornece algumas informações sobre o que Plínio entendia como costumes dos antepassados (*Pan.* 9). No trecho apontado o autor louva o fato de Trajano, apesar da tradição militar herdada de seu pai, não ter utilizado as legiões sob seu comando para alcançar o poder, antes disso aceitou submisso sua indicação feita por Nerva, o senador feito príncipe pela conspiração senatorial que derrubara Domiciano. Essa obediência à indicação senatorial e a expressiva moderação no uso de seu poder militar fazem com que Plínio afirme que Trajano agiu como um simples cidadão. Mas tornar-se imperador não era simplesmente uma glória, era na verdade entendido como um pesado fardo de responsabilidades, daí o fato de Plínio ressaltar a submissão de Trajano ao aceitá-lo. Ele acrescenta ainda que recusar o cargo e às obrigações advindas seria desobedecer às tradições ancestrais romanas. Ao final do parágrafo, a moderação de Trajano é sublimada quando Plínio diz que “a glória da obediência é maior quando o desejo de aceitá-la é menor” (*Pan.* 9, 5).

O significado moral do ato de Trajano de não ter lançado mão do exército para tornar-se imperador encontra-se na tradição de que o homem romano, embora pudesse ser tanto soldado, *milites*, quanto cidadão, *quirites*, tinha consciência de que cada uma dessas funções deveriam ficar restritas aos seus campos naturais de atuação (GIRMAL, 1999). Em Finley (1997), temos também ressaltada a importância da noção de que o romano era um cidadão-soldado e a cristalização deste conceito por conta amplitude da experiência militar dos romanos. Diante disso podemos imaginar que um general vitorioso como Trajano, tendo prestado aos romanos tantos serviços no campo de batalha, pudesse acreditar muito mais na junção do que na distinção dos termos cidadão-soldado. Portanto foi a capacidade de Trajano

de colocar-se muito mais no papel de cidadão que o habilitou a ter sua atitude louvada por Plínio. A hierarquia desses dois papéis se dava na prática, pois como aponta Grimal (1999), dentro do *pomerium* o *milites* voltava a ser *quirites*. Honrar esse costume era respeitar e reverenciar este aspecto do *mos maiorum* que durante longos interregnos, na República e no Principado, fora abandonado.

Em estreita relação com a abdicação do poder militar ocorre a valorização do papel do cidadão que se coloca em igualdade com os demais, apesar de ter provado sua superioridade nas campanhas militares. Mas Trajano retorna ao papel de cidadão, para logo em seguida ser encarregado das responsabilidades do Principado que o Senado lhe impõe por meio de Nerva que o adotara como sucessor. Plínio não vê o Principado como auge ou recompensa por uma carreira militar brilhante, trata-se de uma nova etapa para qual o passado de Trajano o habilitara tanto quanto sua atitude diante dessa pesada honra, e por isso ele é exaltado por aceitá-la sem a desejar. Nesse trecho do discurso de Plínio o respeito ao *mos maiorum* expressa a *virtus* como a descrevemos acima, pois Trajano comandara as legiões em nome de Roma e obedeceu seu pai adotivo Nerva, ao aceitar sua indicação como seu sucessor, fez isso para cumprir seu dever de cidadão e suas vontades, colocadas em último plano, foram ao encontro dos interesses da *res publica*. Para além do paradoxo em que o poder não pode ser desejado, mas assumido como dever, pois o estoicismo pregava a aceitação das responsabilidades, ao príncipe competia exprimir sua *virtus* em campos variados, de maneira que a excelência de suas ações se equalizasse em elevação e harmonia, pois, segundo Plínio, ele deveria ser bom general e bom político, correto na vida pública e na vida privada e jamais conquistar glória por meio de ações consideradas inadequadas.

Aquele que brilhou na guerra eclipsou-se na paz; o outro se distinguiu sob a toga, mas não sob as armas; aquele buscou o respeito, mas pelo terror; o outro o amor, mas pela humilhação; aquele perdeu fora uma glória adquirida em sua casa, aquele outro perdeu em sua casa a glória conquistada fora dela: enfim, ninguém até aqui alcançou virtudes que não estivessem manchadas pela presença de defeitos (*Pan.* 4, 5).

Mas se a atitude de Trajano de não usar as legiões para alcançar o Principado é valorizada, também o é seu comportamento junto a seus soldados com que compartilha as dificuldades das campanhas:

Eu falarei da admiração entre nossos soldados, como a conquistaste? Eles partilhavam contigo as privações. Contigo a sede; nos exercícios sobre o campo de manobras tu, em meio aos esquadrões de soldados, misturava a poeira e o suor imperial; sem outra distinção além de tua força e

superioridade, sem nenhuma etiqueta, da mesma maneira que lançava ao longe os dardos recebia aqueles que te eram lançados; tu te alegravas e comemorava cada vez que teu elmo ou teu escudo era tocado com mais vigor (*Pan.* 13, 1).

A valorização do soldado está inserido na glorificação do *mos maiorum*, no qual a simplicidade de uma existência rústica era a recordação do passado romano, comportamento que foi a base e a força com a qual os antepassados se lançaram à conquista do mundo e evoca também o cidadão-soldado que traz para si e para Roma a honra das vitórias. E a face de competência militar do príncipe devia ser exaltada, pois o império, por mais vasto que fosse convivia nas fronteiras com ameaças externas, que assim eram dissuadidas, pois:

Se algum rei bárbaro tiver a loucura e a insolência de merecer tua cólera e tua indignação ele pode ser defendido por todo intervalo de mar, pela imensidade dos rios, pelas escarpas das montanhas, estou certo de que ele sentirá que estes obstáculos se inclinam diante de teu valor e acreditará que as montanhas se aplainaram, os rios secaram e o que o mar foi suprimido e que sofre não uma invasão de frotas, mas de nosso próprio território (*Pan.* 16, 5).

No campo político Plínio exalta o príncipe que, já exercendo o poder, assume a magistratura do consulado para cumprir de fato as atribuições que ela impunha, pois ele crítica os príncipes que antecederam Trajano, que a exerceram apenas por vaidade. Dentro da ambiguidade do regime, exercer um cargo tradicional da República era devotar-se ao *mos maiorum*. Assim, o autor do *Panegírico*, vendo uma contradição no fato de Trajano ser a um tempo príncipe e cônsul aponta-a como uma oportunidade de exercício da *virtus*. O ensejo do consulado deveria servir-lhe como exercício de humildade na medida em que, enquanto príncipe exercia uma magistratura menor. Por outro lado o cargo não poderia deixar de exaltá-lo, pois, apesar de seu poder, era também um cidadão como os demais membros do Senado, e sob a ótica conservadora o cargo o dignificava, pois “o príncipe deve parecer o mais possível e o cônsul o menos possível com um simples cidadão” (*Pan.* 59, 5). A *virtus* do príncipe é também entendida por Plínio como meio de engrandecimento que transcende mesmo a nobreza da origem do indivíduo permitindo a comparação com os deuses (*Pan.* 70, 2, 8), trata-se de uma elevação moral que concorre para que ele seja digno do cargo na mesma medida em que ela se expressa nos atos de valorização das qualidades daqueles que estão a serviço de Roma. A *virtus* do príncipe reconhece e se afirma na *virtus* de sua clientela. Aqui percebemos a consciência de Plínio em relação ao sistema do patronato que mantinha a coesão do regime e do império. De acordo com Alföldy (1989), esse sistema alcança sua

máxima expressão durante o Alto Império, o que nos leva a compreender porque nesse período a *virtus* do príncipe se vinculava à manutenção dele, que era um aparelho que tinha importância na sua capacidade de distribuir vantagens dentro da pirâmide social do Principado. Como nos informa Venturini (2005), esse sistema era baseado na amizade entre seus membros, o que fica explícito no valor que Plínio reserva para a capacidade de Trajano cultivar seus amigos (*Pan.* 85), pois

Destarte, as noções características do vocabulário político dos romanos presentes nas Cartas de Plínio, o Jovem, exprimem a capacidade ou a incapacidade do homem político de manter ao redor de si indivíduos cujos laços são predominantemente pessoais. É justamente a existência de grupos de indivíduos com interesses políticos comuns que acaba por promover e solidificar as relações patronais (VENTURINI, 2005, p. 151).

A presença dos mesmos valores tanto nas *Cartas* quanto no *Panegírico de Trajano* mais do que coerência revela que o pensamento de Plínio idealizava um governante que respeitasse o sistema de relações sociais que proporcionava poder e segurança tanto para os senadores quanto para ele. A *virtus* do príncipe fundamenta-se também na valorização deste em relação às virtudes dos cidadãos romanos, isso é percebido na forma como Plínio se dirige à Trajano, vejamos: “Tu amas nos cidadãos o caráter; as naturezas elevadas, enérgicas, tu não os maltrata nem os rebaixa como fizeram os outros, mas tu os favorece e lhes dá o devido valor” (*Pan.* 44, 6). Essa caracterização de Trajano é reforçada em uma passagem mais a frente no texto, sempre por meio da comparação, que é uma característica marcante da obra, com os governantes antecedentes: “Na realidade os príncipes que te precederam, salvo teu pai e com ele um ou dois outros (para dizer muito), preferiam nos cidadãos os vícios às virtudes” (*Pan.* 45, 1).

Conforme destacamos mais acima, o estoicismo nos círculos senatoriais encaminhou essa ordem a uma oposição essencialmente moral aos desvios tirânicos do Principado. Mas no *Panegírico de Trajano* a ataraxia estoica, caracterizada por “uma serenidade intelectual” (BRUN, 1986, p. 84), é modulada pela possibilidade que Plínio teve de expressar ao príncipe ideias e recomendações que estavam em consonância com a filosofia do pórtico. Diferente da situação sob outros imperadores como Nero e Domiciano, quando os filósofos encontraram paz apenas no suicídio, durante o governo de Trajano, sob a ótica de Plínio, a conciliação entre o príncipe e o Senado permitiu que a tranquilidade espiritual estivesse presente mesmo nas discussões políticas.

Enfim, a filosofia do p3rtico apreciava a sabedoria e o senso de justi3a, caracter3sticas apontadas em Trajano nos momentos em que este abdicou do poder militar e valorizou os c3rculos senatoriais que o apoiaram. Conforme argumenta Nicolet (1964), a sabedoria estoica continha tra3os de liga33o com o *mos maiorum*. De fato, tanto a *stoa*, com seu apelo 3 natureza (BRUN, 1986), quanto a tradi33o romana exaltavam a simplicidade e a modera33o. Por isso a *virtus* do pr3ncipe foi, no *Paneg3rico de Trajano*, expressada pelo respeito do pr3ncipe aos valores ancestrais que eram tamb3m expressos a partir dos princ3pios estoicos.

Considera33es Finais

A exalta33o da *virtus* do pr3ncipe respaldada no *mos maiorum* fez parte de uma tentativa de retomada dos valores ancestrais que surge j3 durante o fim da Rep3blica, quando mesmo a aristocracia senatorial deles se distanciava, e, apesar das transforma33es pol3ticas que acarretaram a queda da Rep3blica, foram as ideologias tradicionais que orientaram os senadores diante do poder do pr3ncipe (ALFOLDY, 1989). Na 3poca em que Pl3nio escreve o *Paneg3rico de Trajano*, a liberdade dos senadores 3 restabelecida ap3s as persegui33es empreendidas durante a dinastia flaviana quando at3 mesmo a filosofia estoica foi banida de Roma.

Como o Principado n3o deslocou completamente a aristocracia senatorial das posi33es que esta ocupava durante a Rep3blica, coube 3 c3ria o papel de oposi33o aos excessos tir3nicos. Mas em certos per3odos a trucul3ncia de alguns pr3ncipes n3o permitiu que o Senado atuasse dessa forma, sendo obrigado a recuar e, fechando-se em seu interior, limitar-se a uma oposi33o passiva em que imperava muito mais o car3ter moral do que a resist3ncia pol3tica. Todavia, conforme observamos, Pl3nio teve a oportunidade de viver, sob o curto reinado de Nerva e principalmente sob Trajano, um per3odo de restaura33o senatorial na qual a idealiza33o do pr3ncipe cumpriu a fun33o de aproxim3-lo da c3ria, na medida em que os valores senatoriais puderam ressurgir marcados pela filosofia estoica que se opunha a tirania desde o in3cio da queda da Rep3blica. No *Paneg3rico de Trajano*, Pl3nio ressaltou a import3ncia do papel do cidad3o por parte do pr3ncipe, assinalado pelo correto desempenho da magistratura consular. E se ela trazia consigo tamb3m a ideia do poder militar, o qual era desempenhado exaltando os h3bitos simples e coerentes com a rusticidade ancestral romana, n3o deveria ser utilizada para fins pol3ticos no interior do imp3rio. Sua fun33o era atemorizar

os inimigos externos de Roma e não seus cidadãos. De fato, os romanos não deveriam temer aquele que era o patrono de todo o império, cuja função era atuar em favor da paz, prosperidade e desenvolvimento em Roma e nas províncias.

A singularidade do *Panegírico de Trajano* Plínio, o Jovem assenta-se no fato de ter sido escrito na aurora de um momento no qual o resgate da *virtus* e do *mos maiorum* pode ser posto em prática, e os homens políticos orientados pelo estoicismo, senadores ou príncipes, tiveram a oportunidade de retomar o debate político a partir das diretrizes do pórtico e orientar os romanos na construção de um Principado ideal. Apesar de não podermos medir completamente sua extensão e profundidade, foi a liberdade que lhes favoreceu, e é ela que nós devemos buscar na construção real de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, Géza . *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BLÁZQUEZ, José María. *Trajano*. Barcelona: Ariel, 2003.

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma antiga*. São Paulo: Art Editora, 1980.

BRUN, Jean. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

CHASTAGNOL, André. *Le senat romain à l'époque imperiale*. Paris: Les Belles Letres, 1992.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.

ENGEL, Jean-Marie; PALENQUE, Jean-Rémy. *O império romano*. São Paulo: Atlas, 1978.

FINLEY, Moses. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

GRIMAL, Pierre. *O império romano*. Lisboa: Edições 70, 1999.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

HOMO, Léon. *Les institutions politiques romaines*. Paris: Albin Michel, 1950.

MICHEL, Alain. *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc Aurèle*. Paris: Armand Colin, 1969.

NICOLET, Claude. *Les idées politiques à Rome sous la République*. Paris: Armand Colin, 1964.

OLIVEIRA, Andrea Lúcia Dorini de. *Poder e mito: o Principado na perspectiva da literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem)*. Assis: 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica: cultura romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.

PINSK, Jaime. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Daniel Aparecido de. *A representação do home político no Principado romano: uma leitura das cartas de Plínio, o Jovem (96-113 d. C.)*. Assis: 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP.

STADLER, Thiago David. *O poder das palavras na idealização de um princeps: epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano (98-113 d. C.)*. Curitiba: 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *As palavras e as ideias: o poder na antiguidade*. Diálogos, 2005, v. 9 (n. 2): p. 143-155.

_____. *Estoicismo e imperium: a virtus do homem político romano*. Acta Scientiarum. Education, 2011 v. 33 (n. 2): p. 175-181.

_____. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*. São Paulo: 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

FONTES DOCUMENTAIS

PLINE LE JEUNE. *Panégyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

ARTIGO ENVIADO EM: 18/12/2012
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 23/07/2013